

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.376 - RS (2019/0355724-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JOSE VINICIUS DE BIASI  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOSE VINICIUS DE BIASI**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o Tribunal de origem deu provimento ao agravo em execução do Ministério Público para reconhecer o cometimento de falta grave, alterar a data-base para concessão de benefícios e determinar a perda de 1/3 dos dias remidos.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante que a suposta violação de zona de monitoramento não constitui falta grave por ausência de previsão legal.

Aduz não ser a regressão de regime e a perda dos dias remidos corolário obrigatório do reconhecimento de prática de falta grave, em contrariedade ao disposto no art. 118, *caput* e I, e 127 da Lei de Execução Penal.

Defende ser inidônea a alteração da pena-base sem condenação por prática de crime posterior ao início da execução penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o afastamento do reconhecimento da falta grave ou, subsidiariamente, que seja inalterada a data-base, afastada a regressão de regime e mantidos os dias remidos.

### **É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, bem como senha processual, preferencialmente por malote digital, com **urgência**.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

